



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006648-08.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Renan Wesley Toyama**
 Requerido: **Banco Bradesco Financiamento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório.

Sustenta o réu, em contestação, que estaria inadimplida a parcela de nº 30.

Tal parcela, ao contrário do que alegou o réu, não venceu em 08/09/2014, e sim em 08/06/2014, como consta no impresso de fls. 63/66, elaborado pela própria instituição.

O referido impresso indica, ainda, o pagamento dessa parcela em 08/07/2014, cujo comprovante foi apresentado pelo autor às fls. 62.

São argumentos do autor que configuram verossimilhança de suas alegações no sentido de que o contrato está, realmente, integralmente quitado.

Não bastasse, deve-se ter em conta ainda o ônus a ser suportado pelo réu por seu comportamento processual, pois não cooperou com o juízo a fim formar convencimento, amparado em prova, sobre o que sucedeu ao longo da execução contratual.

O réu, instado a manifestar-se conforme fls. 74, ficou-se inerte.

Silenciou ainda quanto à especificação de provas, embora advertido, pela decisão de fls. 80, que haveria a inversão do ônus probatório no tocante a esse específico ponto controvertido – se houve ou não o integral pagamento.

O contexto probatório remete ao acolhimento das razões trazidas pelo autor, já que há contradições na argumentação apresentada pelo réu, que não demonstrou, realmente, a efetiva existência de alguma pendência financeira.

Insta salientar, ainda no tema, que a questão deve ser compreendida à luz do dever de informação exigido do réu, enquanto fornecedor.

Se observamos o extrato de fls. 63/66, todas as parcelas, a partir da 31ª, foram pagas no mesmo dia, 08/12/2014 (salvo, na compreensão não fundada do réu, a última).

Tal fato é importante, porque as regras de experiência demonstram que ninguém se proporia a pagar quase todas as parcelas de um contrato, de uma só vez, mantendo em aberto apenas a última.

O que costuma acontecer é bem diferente: quita-se o contrato em sua inteireza para, assim, livrar-se o consumidor do débito e para possibilitar a liberação do gravame oriundo do financiamento.

Isso indica que, no mínimo, houve falha de informação por parte do réu que, atendendo a pedido do autor para emitir boleto destinado à quitação integral do contrato (fls. 10/13), assim o fez de modo incompleto, mas certamente gerando no autor a legítima expectativa de alcançar tal resultado, com o pagamento que de fato efetivou.

Tal legítima expectativa, oriunda de aparente equívoco praticado por prepostos do réu, com a informação inadequada, é protegida pelo CDC (art. 6º, III; 30; 34; 48) e obriga o fornecedor a respeitá-la.

Saliente-se que a parcela indicada em aberto seria a de n. 60, como vemos claramente às fls. 14/15 e fls. 63/66, não a de n. 30 referida em contestação. Todavia, a de n. 60



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

certamente está incluída no boleto de fls. 11, pois nele referida expressamente.

Como se vê, a confusão feita pelo réu no tocante à imputação dos pagamentos é tão grande que é perfeitamente verossímil a afirmação do autor de que o pagamento foi integral. O réu não demonstrou o contrário, o que lhe era exigível, mesmo porque – além de ter sido previamente advertido a propósito da inversão do *onus probandi* – unilateralmente procede às anotações do que foi e do que não foi pago, gerando expectativas no devedor.

Conclui-se pela quitação integral da avença, com a liberação do gravame.

Ingressa-se na questão do dano moral.

A negatificação referente ao débito em discussão foi promovida pelo réu em 10/12/2014 (inclusão), e levantada em 20/01/2015 (exclusão), conforme fls. 48.

Ocorre que, durante todo esse período, o autor já estaria negativado por inclusão promovida pelo Banco do Brasil, segunda anotação de fls. 48 – inclusão em 18/07/2014 e exclusão em 14/05/2015.

Nesse contexto, nenhum abalo ao crédito adicional sofreu o autor por esse fato, vez que o crédito estava restringido em razão da inscrição provocada por outra instituição financeira.

Já no que diz respeito à demora para a exclusão do gravame, não constitui circunstância a, por si só, ser reputada dano moral indenizável.

Temos, pois, meros dissabores ou aborrecimentos, inerentes à vida em sociedade, não passíveis de compensação pecuniária, ficando o respectivo pedido rejeitado.

No tocante ao pedido de repetição em dobro do que está sendo cobrado, é de rigor a rejeição, porque ausentes os dois pressupostos para seu acolhimento (a) o efetivo pagamento do que foi cobrado indevidamente (b) a má-fé do credor. Precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 618411/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe24/06/2015; AgRg no AgRg no AREsp 600663/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 19/05/2015; AgRg no AREsp 439822/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 18/05/2015; AgRg no AREsp 460436/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 14/04/2015; AgRg no REsp 1200821/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 13/02/2015; AgRg no AREsp 617419/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 03/02/2015; AgRg no AREsp 551275/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 19/12/2014; AgRg no AREsp 514579/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 28/10/2014; AgRg no REsp 1441094/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2014, DJe 01/09/2014; AgRg no REsp 1424498/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 19/08/2014.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** a ação para, confirmada a liminar, condenar o réu a levantar a restrição financeira sobre o registro do veículo, e declarar quitado o contrato, rejeitados os demais pedidos.

P.R.I.

São Carlos, 19 de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**